

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO

LÍDIA CERQUEIRA SCHNITZER

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PRONATEC: A UTILIZAÇÃO DA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ACESSO AO MERCADO DE
TRABALHO NA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

FLORIANÓPOLIS 2014/1

LÍDIA CERQUEIRA SCHNITZER

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PRONATEC: A UTILIZAÇÃO DA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ACESSO AO MERCADO DE
TRABALHO NA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento de Serviço Social,
da Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora. Me. Dilceane Carraro

FLORIANÓPOLIS

2014/1

LÍDIA CERQUEIRA SCHNITZER

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgada adequada à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a. Me. Dilceane Carraro -
Professora Orientadora (UFSC)

Prof^a. Dr^a Vânia Manfro
Primeira Examinadora (UFSC)

Prof. Me. Arnaldo Xavier
Segundo Examinador (UFSC)

Florianópolis/SC

2014/1

RESUMO

SCHNITZER, Lídia Cerqueira. A Política de Assistência Social e o PRONATEC: A Utilização da Qualificação Profissional para o Acesso ao Mercado de Trabalho na Perspectiva de Superação da Extrema Pobreza. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

O presente trabalho tem por objetivo descrever brevemente e analisar a construção da Política de Assistência Social brasileira, suas contradições, o embate político e a luta de classes envolvida neste processo, mostrando assim como se configura a assistência social hoje, através dos programas governamentais, de transferência de renda, e principalmente de qualificação profissional, através do PRONATEC.

Analisamos desta forma, a Assistência Social, o Programa Brasil Sem Miséria/BSM, seus programas de transferência de renda, e o seu mais novo programa, o PRONATEC. Este último prioritariamente, na tentativa de desvendar a sua relação específica com a área da assistência, pois este tem como objetivo de qualificação profissional, e tem como público alvo os usuários da assistência, para inserção no mercado de trabalho, na perspectiva de superação da extrema pobreza.

Palavras-chave: Assistência Social; BSM; PRONATEC/BSM

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS- PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO
ATER- ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
BM- BANCO MUNDIAL
BPC- BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
BSM- BRASIL SEM MISÉRIA
CADÚNICO - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS
CEF- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNE- CONSELHO NACIONAL EM EDUCAÇÃO
CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ENEM- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
FHC- FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FMI- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFSC- INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
LOAS - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
NOB- NORMA OPERACIONAL BÁSICA
ONG- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PAA- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PAIF - SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AS FAMÍLIAS
PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PNAE- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNAS - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
PTR - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
SAGI- SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO
SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUS- SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SESC- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
SENAC- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SENAT- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

SENAI- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SESI- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SENAR- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

UFSC- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

1 O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
1.1 Contexto histórico da garantia do direito à assistência social	15
1.2 Os parâmetros legais do direito à Assistência Social	19
1.2.1 A Política Nacional de Assistência Social	26
2 A ALIANÇA PERFEITA: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	34
2.1 Desvendando o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	34
2.2 Plano Brasil Sem Miséria e Programa Bolsa Família	43
2.3 Análise da utilização do PRONATEC na assistência social	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988, a assistência social passou a fazer parte do sistema de proteção social brasileiro, tornando-se um dos pilares da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993, desenhou a organização da Assistência Social e a materialização da Lei foi construída longamente e de forma coletiva pelos atores sociais e governamentais envolvidos até culminar na aprovação em 2004 da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

O direito a assistência social quando materializado na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, institui um equipamento público para garantir a proteção social aos usuários da assistência social, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS - vem intermediar as famílias no seu local de inserção social, no seu território, como sistema de proteção, onde estas produzem e reproduzem a sua vida material. Ou seja, a partir da Política Nacional de Assistência Social e da nova estruturação dessa política pública por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o CRAS necessita estar neste território de abrangência da vida social dos seus usuários, assegurando assim, o acesso às famílias e indivíduos a assistência social. A assistência social aparece na Constituição Federal como direito garantido “a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” (Art.203).

No entanto, as profundas contradições que envolvem a sociedade capitalista contemporânea, aprofundadas no Brasil pelo modelo econômico-social neodesenvolvimentista, estabelecido pelos últimos governos e suas alianças políticas, refletem uma clara opção em que o mercado e o setor financeiro são incentivados e financiados pelo Estado através de políticas econômicas em detrimento do investimento em políticas sociais, que são ofertadas com escassos recursos financeiros por este mesmo Estado, para que se possam assegurar os direitos dentro da assistência social.

Concordamos com Silva (2013) quando expõe:

O "neodesenvolvimento" brasileiro promove um crescimento econômico cujas maiores fatias são apropriadas pelas transnacionais e, em verdade, dissimula o fenômeno do novo imperialismo, remetendo às sedes das empresas transnacionalizadas as maiores fatias do crescimento interno, alcançado pela via da dilapidação dos recursos naturais e da exploração do

trabalho precário, sob um dissimulado "sucesso" da justiça social, expressa em termos de aumento de postos de trabalho e redução da desigualdade de renda, também entre o próprio trabalho. (SILVA, 2013. p. 96)

Diante deste padrão de desenvolvimento econômico, político e social dos governos, vemos a preocupação com o setor econômico e o descaso com as políticas sociais, especialmente, a política de assistência social, que está cada vez mais focalizada, e direcionadas para a culpabilização do pobre por se encontrar na condição de pobreza, responsabilizando os indivíduos por não conseguirem superar as situações de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social. Os usuários da política de assistência são desta forma aqueles que não conseguem por si mesmos superar estas situações, estando estes à “margem” da sociedade e chamados muitas vezes de “excluídos”,¹ pois não possuem as condições básicas necessárias à reprodução da vida social, se encontram em trabalhos precarizados, informais, sem garantias (quando estes usuários possuem um trabalho), ou ainda, desempregados.

Muitos deste público são usuários da assistência social, mas existem critérios e um corte de renda para que haja acesso a alguns benefícios e programas da assistência como o BPC – Benefício de Prestação Continuada - e o PBF – Programa Bolsa Família. Mas também são muitos os usuários que não se encaixam nesse perfil, pois para acessar o PBF a família deve ter uma renda *per capita*² de até R\$154,00 ao mês, para famílias com crianças e R\$77,00 para famílias que não possuam filhos, não reconhecendo despesas que incluam aluguel, luz, água, entre outras. Assim, quais benefícios e programas que uma família ou um indivíduo pode acessar como direito dentro da política de assistência social se possuir uma renda per capita um pouco acima desses valores, e que, mesmo sendo um valor irrisório que ultrapasse essa renda per capita estipulada não tem acesso ao PBF ou BPC? O que percebemos dentro da própria instituição do CRAS³ (que é um equipamento que oferta serviços socioassistenciais de proteção social) é que estes indivíduos serão encaminhados ao CadÚnico, para que possam ter acesso a alguns “benefícios” como “quase” único recurso a ser utilizado, são eles: taxa de redução de energia

¹ Corroboramos o debate que aponta que os chamados excluídos, em realidade, são aqueles que, incluídos dentro do sistema capitalista, não acessam o mercado de trabalho e tampouco as oportunidades que o sistema promete. São, portanto, mais do que incluídos na lógica capitalista de produção e reprodução da vida social.

² Per capita significa “por cabeça”. Somando-se todos os proventos da família e dividindo pelo número de pessoas que compõe essa família. A per capita do PBF teve um aumento para R\$ 154,00 para famílias com crianças até 6 anos e 77,00 para famílias sem crianças. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014.

³ Tomamos como referência um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Florianópolis, campo de estágio da autora deste trabalho.

elétrica, isenção em concursos públicos, telefone popular, Minha Casa Minha Vida, PETI, e PRONATEC⁴.

Vemos assim, diante do direcionamento de uma política focalizada que culpabiliza o indivíduo pela sua situação de pobreza, que ele é encaminhado ao PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que se traduz por cursos de qualificação e capacitação profissional para que novos indivíduos possam se inserir no mercado de trabalho. Estes cursos tem iniciativa do governo federal em parcerias com instituições privadas ou não, que fornecem os cursos juntamente com o Estado, Municípios, onde se encontram inseridos em escolas, secretarias municipais e nos espaços do CRAS, vinculado a Secretaria de Assistência Social em Florianópolis, e ao MEC – Ministério da Educação.

Desta forma, qual o público alvo para o PRONATEC dentro da assistência social, materializado no espaço do CRAS? De que forma estes cursos podem realmente contribuir para dar autonomia aos indivíduos para que se insiram no mercado de trabalho e superem sua situação de pobreza e vulnerabilidade social?

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a utilização do PRONATEC pela Política de Assistência Social como forma de mascarar o acesso ao direito da assistência social, visto que os benefícios precários que são ofertados, quando não acessados pelo corte de renda, são substituídos pela possibilidade de acesso ao trabalho/emprego.

Complementando o objetivo geral, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Caracterizar a política de assistência social no Brasil para clarificar as garantias legais que essa política oferta e sob que forma se materializa como possibilidade de acesso ao direito pelo usuário da assistência social;
- Compreender o PRONATEC, sua estrutura e discurso oficial que o mantem baseado na necessidade de uma política de qualificação e acesso a educação técnica para atender aos requisitos da indústria e do setor de serviços.
- Analisar os documentos oficiais dedicados a estruturar a relação entre o PRONATEC e a política de assistência social, especificamente com o Brasil Sem Miséria e o Programa Bolsa Família com o intuito de problematizar seu uso e o

⁴ Mencionamos alguns benefícios eventuais ou acesso a serviços proporcionados pela inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo – CadÚnico.

discurso de acesso a qualificação profissional pelo público de baixa renda da política de assistência.

Nossa hipótese inicial é de que essa forma de encaminhamento pela política de assistência social dos usuários que demandam seus benefícios e serviços e não são incluídos pelo baixo corte de renda que institui, acaba operando para reforçar o discurso de que o público alvo dos benefícios sociais não está inserido no mercado de trabalho, ou mesmo, que há possibilidades de inserção no mercado formal com a qualificação ofertada pelo PRONATEC ocultando a estrutural falta de políticas públicas que incorrem sob as condições de vida desse público alvo.

A escolha desta temática foi aos poucos se desenvolvendo, através de algumas inquietações e ao observar os atendimentos no campo de estágio, atendimentos estes tanto coletivos como individuais aos usuários que procuravam o CRAS Ingleses do Rio Vermelho, situado no bairro Ingleses, no município de Florianópolis/SC, CRAS que compreende em seu território os bairros Santinho, Ingleses e Rio Vermelho, local este do estágio curricular obrigatório II, de acordo com a grade curricular do curso de Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Esses usuários identificados nos acolhimentos e aqueles vindos por demanda espontânea que não estavam no corte de renda do PBF ou critérios para o BPC, eram encaminhados ao CadÚnico e orientados que poderiam ter acesso a cursos do PRONATEC, e alguns benefícios como redução da taxa de luz, isenção em concurso público, tarifa social no transporte⁵, redução da taxa de contribuição do INSS para aposentadoria, entre outros.

O auxílio na escolha do tema se deu também através da disciplina de Tópicos Especiais em Serviço Social, ministrado pelo Prof. Me. Arnaldo Xavier que após a exposição e debate em sala de aula de um dos textos da disciplina, chamado Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira, da autora Ana Paula Mauriel, chegamos a problematizar o discurso inserido nos cursos do PRONATEC e na crítica das reais qualificações profissionais que estariam tendo os usuários da assistência social, inserção no mercado de trabalho, e condições desses trabalhos.

⁵ A Tarifa Social é um benefício socioassistencial exclusivo para as famílias com renda de até três salários mínimos ou renda individual de até meio salário mínimo, para moradores do município de Florianópolis, que estejam cadastrados no CadÚnico, com início em Maio/ 2014, Florianópolis/ SC. . Decreto Nº 13141 de 27/05/2014.

Para atender aos objetivos desse trabalho, desenvolveremos uma pesquisa qualitativa a partir da metodologia da pesquisa documental, onde serão analisadas as informações contidas em documentos oficiais pertinentes ao objeto de pesquisa, além de textos vinculados a problematização da temática de estudo. Deste modo serão realizados a leitura de documentos oficiais, leis específicas, políticas públicas, programas governamentais, e conteúdo bibliográfico existente a partir deste tema, para comparação e análise do que se tem construído socialmente e historicamente sobre este objeto de pesquisa.

Finalmente, a estrutura de nosso trabalho se organiza da seguinte forma: após a introdução, o primeiro capítulo será dedicado a sistematização e problematização da política de assistência social brasileira, como esta veio se desenvolvendo desde a ditadura militar e governos civis anteriores a efetivação da PNAS, as lutas e os movimentos que fizeram com que se construísse um sistema de proteção social como direito social e dever do Estado.

No segundo capítulo iremos analisar os documentos oficiais dos programas governamentais em relação política social, especialmente os que são atinentes a esse objeto de pesquisa, ou seja, os documentos vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, buscando elucidar de que forma se desenvolve, e os documentos vinculados ao Programa Brasil Sem Miséria – BSM – que busca a erradicação da pobreza no Brasil com foco nos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF, e finalmente, estabelecer as relações e nexos oficiais e reais entre esses dois programas e as concepções que tal relação guarda.

Esperamos com esse trabalho contribuir para as discussões e análises que potencializem a política de assistência social como política pública e ofertada com qualidade e de forma universal.

1 O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 Contexto histórico da garantia do direito à assistência social

A Assistência Social como direito se efetivou na Constituição de 1988, que ficou amplamente conhecida como “Constituição Cidadã”, justamente por trazer no seu interior a garantia de direitos sociais, refletindo as mudanças no cenário político e social do país. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por transformações importantes no cenário político, social e econômico no Brasil, sendo o direito social um produto histórico, fruto da mobilização e participação da sociedade civil, marcada pela realização da Assembleia Nacional Constituinte, que culminou na escrita da CF-88, a “Constituição Cidadã”. Neste período novas relações estavam se formando no país, na ampliação da democracia, com a transição do período militar para os governos civis. O período de ditadura militar deixou marcas profundas na área social, no aumento da desigualdade social, com o aumento da pobreza, pois sua orientação era para o desenvolvimento econômico, sem preocupação na distribuição de renda. (COUTO, 2006).

Cansados da repressão sofrida pela ditadura a sociedade organizada, junto a sindicatos e partidos de esquerda que antes atuavam na clandestinidade, foram às ruas pedir “Diretas Já”- eleições diretas para presidente - pois o povo não aceitava mais a situação que se encontrava o país, uniram forças para enfrentar esses governos violentos, autoritários que deixaram marcas na sociedade e aprofundaram as desigualdades sociais.

Os governos que sucederam a ditadura vieram com a promessa de democracia, romper com o clientelismo e assistencialismo do período militar, na perspectiva de mudanças no sistema político, econômico e social do país, mas o que se viu para efetivar essas promessas foi insuficiente para a melhoria das condições de vida da sociedade. O que se percebeu foi o aumento da desigualdade social e aprofundamento das expressões da questão social⁶. Esses governos se empenharam em desenvolver a política econômica, no discurso que esta traria

⁶ Segundo Iamamoto (1999 p. 27): Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

benefícios para a área social na luta para minimizar a desigualdade social. A Constituição foi construída a partir de um intenso embate político resultado das forças políticas do período final da ditadura militar, em que de um lado existiam as forças dominantes querendo manter o controle da ordem econômica do país, e de outro a sociedade, os eleitores, os movimentos populares, os sindicatos, entre outros lutando por uma Constituição mais comprometida com os direitos de cidadania. O texto aprovado trouxe avanços no que diz respeito aos direitos na sua totalidade, político, civil e social, mas é no campo dos direitos sociais que foram obtidos os maiores avanços, onde configura o tripé da seguridade social: a saúde, a previdência e a assistência social, buscando a ampliação desses direitos na construção de uma sociedade justa e igualitária, com responsabilidade do Estado frente a essas políticas. Couto (2006) explicita que:

Compõe o direito social a ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos homens para viver com dignidade serão assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas. E, no seu estágio maduro, a sociedade tem usado da jurisdição para garantir o acesso de todos aos direitos civis, políticos ou sociais, sendo que as constituições têm sido os mecanismos que representam essa pactuação. (COUTO, 2006, p. 183).

No entanto, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura, veio com a promessa de caça aos “marajás”, pai dos pobres, e dos descamisados. Eleito pelo voto popular, a sociedade esperava que diante das desigualdades sociais, da má distribuição de renda, - onde muitos eram os que estavam na pobreza e poucos haviam acumulado grande parte da riqueza socialmente produzida no período da ditadura, - houvesse uma transformação social. Mas não foi o que aconteceu, Collor congelou salários, confiscou contas, e deixou de conceder benefícios da previdência, com o discurso de crescimento para a economia, onde os pobres seriam beneficiados com esses atos, mas isso não ocorreu, e este após muito descontentamento social e denúncias de corrupção, sofreu o processo de *Impeachment*.

Este foi o projeto de contrarreforma que se instalou no país com a proposta de agenda neoliberal⁷ de governo, uma opção de investimento econômico em

⁷ Projeto político e econômico que visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado e é marcado por um conjunto de contrarreformas cujas características são: política econômica regressiva que favorece o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, carga tributária elevada sobre os rendimentos do trabalho e do consumo em detrimento dos de capital, política fiscal que privilegia os pagamentos da dívida externa, dentro outros. (Conf. BOSCHETTI, 2008).

detrimento das necessidades da sociedade no que se referia à seguridade social, principalmente no que se refere à assistência social, tornando seu governo de caráter populista, clientelista e assistencialista, diferentemente do que foi promulgado na Constituição. Foi no seu governo que a seguridade social foi “rejeitada”, vetando o projeto de lei que regulamentava a assistência social em 1990. Também neste governo, como pontos positivos, foram aprovados o SUS – Sistema Único de Saúde e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assume a presidência em 1990 o vice-presidente do governo Collor, Itamar Franco, que novamente buscou o projeto econômico para conter a inflação, e diante das políticas sociais recuou no que se refere ao texto constitucional de caráter universalista das mesmas. Mas foi no seu governo, em 1993 que foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – sob o nº 8.742/ 93. Mas este processo não se deu de maneira tão tranquila, pois foi diante da organização da sociedade civil, assim como de outros movimentos e até mesmo de ameaça do Ministério Público em processar o governo Federal pelo descaso com a área social, que foi aprovada a LOAS.

Conforme os estudos de Couto (2006), apesar de garantida a assistência social no texto constituinte, podemos perceber nos governos seguintes a tentativa de modificar a legislação, através de legislações ordinárias e emendas, para alterar essa proteção por parte do Estado, deixando à área social a iniciativa privada, solidariedade e filantropia, para que o Estado pudesse investir seus recursos econômicos no mercado financeiro, e nas relações econômicas. Esses governos desenvolveram estratégias para se retirar da responsabilidade da área social, com programas focalizados de combate a fome, pobreza, miséria, incentivo à solidariedade por parte da sociedade civil como o “Programa Comunidade solidária”, e parcerias com entidades privadas para atuação nos programas sociais. Percebe-se assim, nas ações do Estado como expõem Damasio (2009):

O próprio programa comunidade solidária estabeleceu a chamada das empresas para a responsabilidade social, utilizando a sociedade civil no estímulo ao voluntariado, as novas bases de solidariedade, extremamente valorizadas pela classe dominante, que convocam a todos a ajudar estabelecendo assim uma sociedade de conformidade (DAMASIO, 2009. p. 77).

Essas ações se opõem aos direitos sociais garantidos na Constituição, e à responsabilidade do Estado em primar por estes, como aponta Sader (2000), “o

Estado sempre foi máximo para os interesses privado e mínimo para as demandas por políticas sociais para o povo” (SADER, 2000 *apud* COUTO, 2006, p. 144).

Em 1998 no governo, FHC – Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, após ter governado de 1994-1998. Neste período seu governo segundo Carraro (2010)

Adotou com severidade o programa de contrarreformas neoliberais promovidas pelo BM e FMI, operando as privatizações das empresas estatais e desmontando instituições fortes do Estado brasileiro, reduzindo os investimentos públicos na área social, evidenciando o desrespeito com o sistema de proteção social do país – afirmado constitucionalmente – e encaminhando o Brasil para um salto na pauperização, como reflexo da redução dos direitos sociais e a perpetuação do modelo neoliberal. (CARRARO, 2010. p. 67)

Essas reformas como a privatização do patrimônio público, a abertura comercial, flexibilização nas relações de trabalho promovem uma mudança fundamental na transformação do Estado que conseqüentemente acarreta um ataque à seguridade social e a assistência social tem um novo direcionamento.

Foi também no período do governo FHC, em 1998 que foi construída a primeira PNAS - Política Nacional de Assistência Social. Mas esta versão da PNAS estava incompleta em suas definições, diretrizes, descentralização, entre outros. E não teve uma atuação suficiente em termos de coordenação e regulação do processo de organização do sistema em nível nacional, de forma que os investimentos do governo federal pudessem alcançar impacto efetivo nas ações ofertadas pelos municípios, como materialização do sistema de direitos, assim coube à assistência social afiançar, forte impacto das ações focalizadas, fragmentadas e desarticuladas em termos das estratégias de enfrentamento à pobreza e de redistribuição de renda neste período.

No governo Lula – Luís Inácio Lula da Silva – eleito em 2002, houve grandes avanços no que diz respeito à área social e a regularização de uma política que deu direção à assistência social, sendo aprovada a PNAS/2004. Esta aprovada pelo conselho Nacional de Assistência Social, efetivou a assistência social a partir do SUAS – Sistema Único da Assistência Social - e estabeleceu os parâmetros do novo modelo de gestão do SUAS na direção da universalização dos direitos sociais. Neste governo foi criado o PBF - Programa Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, na saúde e na educação que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, criado para integrar e unificar ao Fome Zero e outros programas implantados no governo FHC.

Vários foram os governos que investiram na retirada dos direitos sociais, ou na sua orientação política implantaram o modelo dos países desenvolvidos, buscando a abertura de mercado, a competição, a privatização de empresas estatais, e orientações internacionais, como do BM – Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário Internacional, no pagamento da dívida externa. E na área social a focalização das ações voltadas aos mais pobres como benesse, e favor.

1.2 Os parâmetros legais do direito à Assistência Social

O art.203 da Constituição de 1988 apresenta a seguinte frase: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social...” No que diz respeito a LOAS, esta regulamentou o que trouxe o texto Constitucional de 1988 referente à assistência social. De acordo com a LOAS (1993),

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A LOAS (1993), alterada pela Lei 12 435 de 2011, em seu Art. 2º elenca os objetivos da assistência social, que são:

- I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
 - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
 - II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
 - III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Os parâmetros legais definem a natureza e as garantias que uma política oferta, no entanto, já ao elencarmos os objetivos da lei, reformulados recentemente, visualizamos dois termos que nos levam a reflexão. Os termos risco social e vulnerabilidade contidas no texto da LOAS também nos remetem a uma reflexão de como os governos se apropriam de algumas categorias e as utilizam na própria construção da PNAS e no direcionando das ações desta política social. As abordagens quanto ao significado dos termos risco social e vulnerabilidade são muito amplos, e nos remetem a relação capital x trabalho da sociedade capitalista em geral, e a brasileira, em particular. Segundo os estudos de Giddens (1991; 2000 *apud* ALVARENGA, 2012) a palavra risco faz parte da modernidade-reflexiva⁸, e já ultrapassa seu antigo significado, aquele vinculado a sociedade capitalista moderna, cujo significado expressava a capacidade de mensuração das perdas típicas de um processo de produção e das possibilidades de aumento do lucro.

Com as transformações na configuração da sociedade moderna o perfil de risco mudou, convivemos com um elenco específico de ameaças, de perigos característicos da vida social moderna (GIDDENS, 1991). O novo perfil evidenciou a dimensão negativa do risco, o viés da ameaça. Isso não significa que o lado negativo do risco surge com o progresso, a dualidade do termo está presente desde os primórdios da sociedade industrial, o que assistimos agora é a sobreposição das características negativas (GIDDENS, 1991 *apud* ALVARENGA, 2012, p. 44 e 45).

O termo risco é importante para desenvolvimento do sistema capitalista, é um tipo de seguro coletivo, que visa administrar os riscos aos quais estão sujeitos os trabalhadores – doença, invalidez, desemprego (GIDDENS, 2000). Nos estudos de Alvarenga (2012) esta expõe:

Ainda em relação ao termo, Giddens (1991) inclui outros elementos que devem ser considerados. É necessário estar ciente de que risco não é sinônimo de perigo nem de infortúnio, ainda que os termos estejam relacionados (GIDDENS, 1991; 2000). O risco pressupõe o perigo, isso é, pressupõe uma ameaça aos resultados esperados (GIDDENS, 1991), ele “se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras” (GIDDENS, 2000, p. 33). Isto é, o risco depende da possibilidade de avaliação prévia de danos que possam vir a ocorrer no futuro. (ALVARENGA, 2012, p. 45).

⁸ Conforme Giddens (2012), a modernidade reflexiva pode ser compreendida dessa forma: “a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papeis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-científico. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva” (GIDDENS, 2012, p. 13)

Isto é, num futuro existe o risco de todos trabalhadores hoje inseridos no mercado de trabalho, seja formal ou informal, e que estão auxiliando no aumento da riqueza produzida, virem a faltar com essa mão de obra e passarem a necessitar da assistência social, como forma de prover suas próprias condições de sobrevivência.

Ainda nos estudos de Alvarenga (2012), Robert Castel também se dedicou ao estudo da proteção social e faz uso dos termos risco e vulnerabilidade para analisar a proteção social, para ele “ser protegido é também ser ameaçado”, pois mesmo numa sociedade securitária, não há como garantir que essa proteção será cumprida, por isso, o risco está atrelado a proteção social.

Desta maneira, a proteção social é coletiva e proveniente do trabalho, e o risco social é a incapacidade do indivíduo em se manter nessa proteção, se este não está inserido no mercado de trabalho.

Nos relatos de Alvarenga (2012), o risco pressupõe um acontecimento previsível para Castel, e a sociedade não está apta para detectar essa previsão, assim essas ameaças ou perigos podem acontecer ou não, não havendo como adiantá-las em previsões. Este mesmo autor em outra de suas obras no ano de 2009, coloca então em foco no contexto da questão social a palavra vulnerabilidade. A vulnerabilidade perpassa a pobreza, os desempregados, beneficiários de programas de transferência de renda, pois o trabalho que se apresenta como papel central na vida desses indivíduos, em algum momento pode faltar para estes, ficando estes fora do mercado de trabalho e na zona de vulnerabilidade, estando em um momento dentro da estrutura social, e em outro não. E ainda conclui a autora Alvarenga (2012):

Esta situação de pauperismo revelava que a condição de trabalho enquanto tal expunha todos os que viviam do trabalho ao risco, e não apenas os ditos marginais, os assistidos e os desfilados (CASTEL, 2009). Era uma problemática resultante do modelo societário, que de um lado trazia o progresso, especialmente, para os financistas e mercadores, mas de outro expunha os trabalhadores aos acasos de um mercado cujas flutuações se intensificavam (CASTEL, 2009). (...) É interessante notar que, desde seu surgimento, a vulnerabilidade não se restringe aos miseráveis – dependentes da assistência (inaptos para o trabalho) e desfilados (desempregados empregáveis). Pelo contrário, a vulnerabilidade atinge especialmente os trabalhadores empregados que, pela degradação das condições de trabalho, não conseguem garantir os meios necessários para a sobrevivência deles e de seus dependentes. “Os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo. Integrados, vulneráveis e desfilados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática” (CASTEL, 2009, p. 34). (ALVARENGA, 2012 p. 54).

Desta maneira vemos que tanto o termo risco social, como vulnerabilidade social estão implícitos na sociedade capitalista, e diferentemente do que podemos pensar, que estão em risco ou são vulneráveis apenas aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho, nos enganamos, pois de acordo com os estudos de Alvarenga (2012) e Castel (2009), esses termos atingem aqueles que estão inseridos neste mercado, mas que também se encontram em risco e vulnerabilidade pela incerteza da estabilidade, vivendo em “flutuações” que vão do trabalho precário ao desemprego.

Essa longa digressão sobre os termos risco social e vulnerabilidade já mostra de que forma se dá a vinculação da proteção social com o mercado de trabalho. Sua utilização no texto legal da LOAS remete ao emaranhado social da típica sociedade capitalista, visto que a proteção contra situações de vulnerabilidade e risco social trabalha para o atendimento da proteção social existente, aquela vinculada a inserção no mercado de trabalho, tanto por aqueles que não estão inseridos, quanto por aqueles que estão mas que podem, sob qualquer contingência, perder essa condição.

Ainda assim, o que podemos observar é que a nova Constituição Federal de 1988, considerada o nosso maior avanço, indicava a construção de um sistema de proteção social nunca visto antes no país, através das garantias constitucionais, e da LOAS, onde percebemos que a grande novidade dos objetivos da assistência social foi a garantia de um benefício mensal às pessoas com deficiência e idosos que não possuem condições de prover a sua subsistência. O BPC – Benefício de Prestação Continuada - que efetivou o que estava na constituição – Art.203; Inciso V - estabeleceu a regulamentação de um salário-mínimo mensal para portadores de deficiência e idosos que não pudessem ser mantidos pela própria família, independente de terem contribuído ou não para a previdência social. . Esse benefício parece caminhar na proposta contrária àquela proteção vinculada ao mercado de trabalho.

Já quanto aos princípios e diretrizes da assistência social, elencamos abaixo os trechos do texto legal de 1993:

SEÇÃO I

Dos Princípios

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Mesmo dentro desse avanço Constitucional, se analisarmos para além do texto na sua escrita, veremos as implicações da subjetividade contidas no mesmo, como já vimos nos termos risco social e vulnerabilidade. Destacamos aqui a primeira restrição do direito à assistência social, que não é um direito para todos, é destinada aos desamparados ou aos que dela tiverem necessidade, explicando desta forma que seus propósitos se aplicam entre os que são capazes e os que não são capazes para o trabalho. Observa-se que:

A proteção, o amparo, a habilitação e a garantia de uma renda mínima destinam-se especificamente àqueles cuja situação não lhes permite trabalhar: maternidade, infância, adolescência, velhice, deficiência. Àqueles que não se inserem nestas situações, o objetivo é outro: não assistir, mas promover a integração ao mercado de trabalho (BOSCHETTI, 2003, p.46).

Apresenta desta forma a assistência social como uma saída para situações emergenciais quando o próprio sujeito através do trabalho não puder garantir sua sobrevivência, um atendimento emergencial em determinadas situações e não de forma universal e igualitária a todos indivíduos. A garantia de acesso à esse direito é feita de forma focalizada e seletiva nos mais variados programas governamentais.

Percebemos também que os objetivos da LOAS estão em acordo com o texto Constitucional, mas não estão em conformidade com seus princípios, nem mesmo com seus próprios incisos, pois enquanto seu art.4º inciso III dispõe sobre a proibição de qualquer comprovação vexatória de necessidade para concessão de

benefícios e serviços de qualidade, seu inciso V apresenta que o acesso à esses benefícios e serviços se darão sob critérios para concessão dos mesmos. Desta forma nos remete a pensar como o direito não está estabelecido como direito universal, mas sim diante de uma comprovação de miséria, pobreza e necessidade. Ainda analisando a LOAS de acordo com o texto Constitucional também há desconformidade em relação ao direito, quando esta expõe que para receber o BPC, o idoso ou a pessoa com deficiência necessita comprovar não possuir meios de prover suas necessidades, e nem mesmo sua família. Portanto está no texto legal que para a concessão de “direitos” na assistência, os usuários e as famílias necessitam comprovar que não possuem meios de prover suas necessidades básicas.

De acordo com art. 1º da LOAS, trata-se de uma “Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais e é realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993).

De acordo com Pereira (2002):

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. (...) Assim, enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. (PEREIRA, 2002, p. 26).

Assim, esta análise nos leva a refletir que mínimo e básico são palavras distintas no que se refere a proteção social, e que os governos estão cada vez mais interessados em ofertar os serviços mínimos a sociedade em detrimento do básico. Mas só poderemos falar em concretização das políticas sociais quando a proteção deixar de ser mínima para ser básica. “Pois aqueles que não usufruem de bens e serviços sociais básicos ou essenciais, sob a forma de direitos, não são capazes de se desenvolverem como cidadãos ativos”. (PEREIRA, 2002, p. 27).

Ainda no debate sobre a provisão dos mínimos sociais pelo Estado, de acordo com Ywata; Morceli; Santos (2004)

Quando a assistência briga por mínimos, revela sua fraqueza institucional, perante a sociedade, e quando ela trabalha dentro dos parâmetros ditados pelo sistema econômico, ela nega a sua essência universalista, tornando-se setorialista, fugindo de suas propostas reais. Ao analisar sua existência,

nesse sistema marcado pela exclusão social, percebemos que a assistência social significa o primeiro passo, ou um meio para o acesso às relações/serviços sociais para os grupos que não podem auto sustentar-se. Porém, quanto ao acesso aos direitos sociais e alcance da cidadania, ela não é nada mais, do que mínima, insuficiente. (YWATA; MORCELI; SANTOS, 2004, p.43).

Os autores nos mostram que a assistência social ao referenciar a garantia dos *mínimos* para os indivíduos que dela necessitam, ao invés de ampliar essa visão que está no texto legal de que o direito prevê, opera a favor de garanti-la apenas de forma focalizada, seletiva e emergencial. O Estado tende a oferecer o mínimo para a sociedade, restringido o direito, diminuindo seus gastos com a área social. Como expõe Ywata; Morceli; Santos (2004):

O objetivo do governo – claramente contra a legislação – é reduzir ao máximo os gastos com direitos sociais e, sempre que possível, transformar esses direitos em serviços vendidos no mercado, portanto em mercadorias”. Da mesma forma, os mínimos sociais deixam de ter um caráter de direito social e passam a ser considerados como prestação ínfima e isolada de provisão social, de acordo com os interesses da ideologia neoliberal. (...) Embora a LOAS prescreva os mínimos sociais como sendo abrangentes, como direito de todos os cidadãos, não se referindo apenas a condições de sobrevivência dos indivíduos, na realidade isso não ocorre. O que temos são mínimos sociais de acordo com sua própria nomenclatura, que já se faz mínima e m menor, garantidos por uma proteção social fragmentada, seletiva, focalista. (YWATA; MORCELI; SANTOS, 2004 p.45).

Acredito que diante dessas afirmativas dos autores, cabe aos profissionais comprometidos com a política de assistência social juntamente a sociedade civil organizada, divulgar os direitos dos cidadãos, assim, coletivamente lutar pela efetivação e ampliação desses direitos de cidadania já garantidos em leis específicas, mas não cumpridos, ou cumpridos de forma a esconder as reais intenções governamentais de cumprimento do direito de forma insuficiente ao atendimento da sociedade que precisa acessar esse direito.

Complementando as garantias da Lei Orgânica da Assistência Social, esta institui o fundo nacional de assistência social, este é de extrema importância na garantia do financiamento da assistência e concretiza o que já era previsto por esta lei no que se refere a um:

Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, que toma corpo através da proposta de um Sistema Único, a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. No âmbito federal, o Fundo Nacional, criado pela LOAS e regulamentado pelo Decreto nº 1605/95, tem o seguinte objetivo: “proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social” (art. 1º, do decreto nº 1605/95). Com base nessa definição, o financiamento

dos benefícios se dá de forma direta aos seus destinatários, e o financiamento da rede socioassistencial se dá mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, bem como de repasses de recursos para projetos e programas que venham a ser considerados relevantes para o desenvolvimento da política de assistência social em cada esfera de governo, de acordo com critérios de partilha e elegibilidade de municípios, regiões e/ou estados, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de assistência social. (...) De acordo com a diretriz da descentralização e, em consonância com o pressuposto do cofinanciamento, essa rede deve contar com a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. O financiamento deve ter como base os diagnósticos socioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social que considerem as demandas e prioridades que se apresentam de forma específica, de acordo com as diversidades e parte de cada região ou território. (...). (BRASIL, 2004 p.32).

Assim, o fundo representa a garantia de financiamento nas três esferas do governo para a assistência social na efetivação dos direitos dos usuários que acessam essa política. O fundo nacional é deliberado de maneira direta aos beneficiários do BPC, assim o fundo financia este benefício sem precisar passar por outros fundos como estadual e municipal. Já os fundos para programas e projetos da rede socioassistencial se dá no repasse de recursos, onde seguem a diretriz da descentralização, sendo estes programas financiados com base em diagnósticos do território e deliberado o financiamento após aprovação dos conselhos de assistência.

1.2.1 A Política Nacional de Assistência Social

A PNAS - Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004 vem intervir na questão social, e nas suas expressões, por meio de uma política pública. Esta traz princípios, diretrizes, e objetivos para dar materialidade à assistência social, como um sistema de proteção dentro da seguridade social. Desta forma, a PNAS e a tipificação apresentam uma padronização da proteção social como direito de cidadania e dever do Estado, em âmbito nacional.

Vinculada a questões da gestão administrativa da política, as diretrizes inauguram um novo paradigma para a política de assistência social que também é fruto da própria Constituição Federal de 1988, ou seja, institui a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações nas três esferas governamentais.

A PNAS foi aprovada pelo CNAS, que tem as seguintes atribuições:

Aprovar a Política Nacional de Assistência Social; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada; estabelecer procedimentos para a concessão de registro e certificados a entidades beneficentes de Assistência Social; apreciar a proposta orçamentária. Aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal; convocar ordinariamente, a cada quatro anos, a Conferência Nacional de Assistência Social. (DAMASIO, 2009 p. 68).

A Política de Assistência Social atualmente é estruturada pelo SUAS, traz na perspectiva, após estudos estatísticos para sua formulação, de acordo com Alvarenga (2012) a proteção integral a criança, o adolescente, aos jovens, criança e adolescente em trabalho infantil, etc. Na sua equidade, em especial, seus estudos foram formulados na proteção ao idoso (por estar havendo um grande aumento da população idosa) e as pessoas com deficiência. Por este motivo o BPC é uma grande conquista no âmbito do direito para esse público demandante, porém ainda necessitando de análise “mais aprofundada”⁹ no que se refere ao corte de renda para acessar este “direito”. A PNAS constitui a defesa dos direitos e a busca por mecanismos que garantam o acesso a esses direitos por parte da sociedade, na forma de serviços e benefícios. A autora em questão nos apresenta as três formas de segurança para os sujeitos que foram assumidos pela assistência:

1) a segurança de sobrevivência - trata de garantir que todos tenham uma quantia monetária que afiance sua sobrevivência; 2) a segurança de acolhida - tem como objeto as necessidades humanas, suprir a necessidade de alimentação, vestuário e abrigo, além de questões como a separação familiar devido à violência, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade e; 3) a segurança de convívio - visa garantir que os sujeitos mantenham seus vínculos, suas relações (BRASIL, 2004b). (ALVARENGA, 2012 p. 93).

Um dos avanços da PNAS também é estabelecido pela construção do pacto federativo entre os gestores da Assistência Social, das três esferas do governo federal, estadual, municipal e a sociedade civil. Com a diretriz de descentralização político-administrativa, no monitoramento e no financiamento dos serviços sob o modelo de gestão descentralizada e participativa.

De acordo com a NOB/ SUAS 2005, são eixos estruturantes da gestão do SUAS:

- a. precedência da gestão pública da política;
- b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;

⁹ Já existem estas análises e estudos “mais aprofundados” sobre o corte de renda do BPC idoso e deficiente a que nos referimos. Mas não é nosso intuito neste trabalho nos aprofundarmos nestas análises.

- c. matricialidade sociofamiliar;
- d. territorialização
- e. descentralização político-administrativa;
- f. financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h. valorização da presença do controle social;
- i. participação popular/cidadão usuário;
- j. qualificação de recursos humanos;
- k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

A descentralização traz a divisão de tarefas e responsabilidades nas três esferas governamentais, não diminuindo sua importância em nenhuma delas, efetuando as ações de acordo com a necessidade de cada realidade local, compreendendo suas especificidades. À esfera nacional cabe a normatização e coordenação da Política Nacional de Assistência Social por meio das suas diretrizes. Aos estados e municípios cabe coordenar e executar os programas seguindo a política de assistência, mas respeitando as diferenças locais. (ROSA, 2006). Nesta forma de descentralizar as ações da política de assistência, os estudos de Rosa (2006) apontam que:

Outra diretriz importante é a municipalização. "É no município que as situações, de fato, acontecem. É no município que o cidadão nasce, vive e constrói sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exercita o controle social". (BRASIL, 1995: 21) Na proposta de descentralização, é no município que se concentra a responsabilidade de grande parte das ações na implantação da política da assistência social. (ROSA, 2006 p. 03).

E ainda:

(...) Isso não significa dizer, que a elaboração e a decisão estarão a cargo da esfera nacional e a execução a cargo da esfera municipal, mas sim, assumir as diferenças e especificidades locais na implantação de uma política que deve ser pensada e decidida com participação e controle social, garantindo a participação do Estado (em suas três esferas) e da sociedade civil. Todas essas ações devem acontecer de forma integrada, pressupondo a existência de um comando único, em cada esfera de governo, bem como, a utilização dos instrumentos que viabilizam a participação e o controle social, quais sejam: os conselhos, fundos e planos de assistência social. É necessário que todas as ações, programas e projetos que envolvam a prestação de assistência social à população, mesmo que estejam sendo realizadas por outras secretarias, estejam em permanente diálogo com o órgão gestor da assistência social, que deve ser um núcleo coordenador da política de assistência social no município/estado, evitando assim, o paralelismo de ações e construindo um processo integrado de prestação de assistência social, ou seja, estabelecendo-se assim, realmente, uma política pública de assistência social no município, integrando as ações entre as diferentes secretarias, os conselhos de políticas públicas e as organizações da sociedade civil. (ROSA, 2006 p.04)

É importante então que se respeitem as diferenças locais na implantação dos programas e projetos da assistência, sem deixar de seguir as diretrizes da política de assistência de âmbito nacional. O controle social por parte da sociedade se torna imprescindível neste processo, na participação democrática nos conselhos, espaços concretos para discussão entre o Estado e a sociedade civil, também na vigilância dos fundos públicos e na construção dos planos de assistência.

Quando a NOB/SUAS 2005 traz a matricialidade sócio familiar um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, esta se refere a centralidade das ações na família, aponta o que este princípio de matricialidade significa:

A família é o núcleo social básico de *acolhida*, *convívio*, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;

A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de *aliança* ou *afinidade*, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;

A família deve ser apoiada e ter acesso a *condições* para responder ao seu papel no *sustento*, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência (...) (grifo nosso) (BRASIL, 2005 p.19).

A família assim representa o local de acolhida, onde os sujeitos irão protagonizar as suas vidas, produzir e se reproduzir socialmente, consentindo na NOB que estes tem o direito à convivência familiar, e que a família não é apenas um local de reprodução econômica, indo além desta, são os laços que os sujeitos apresentam durante a vida, que podem ser consangüíneos ou laços de afinidade, construindo então relações tanto afetivas, quanto econômicas, tendo esta família que possuir as condições necessárias de prover o sustento dos seus entes, desde a educação com as crianças, proteção com seus deficientes, e o cuidado com seus idosos. Mas ao mesmo tempo que a família é responsabilizada pelos cuidados com seus membros, esta mesma família precisa de proteção e suporte por parte do Estado, para que possa “dar conta” desta tarefa

Para o IBGE família é:

Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas

que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. (Sítio IBGE).

É necessário reconhecer que a família nuclear, constituída de pai, mãe, e filhos consanguíneos, onde o homem é responsável pelo sustento da família e a mulher zela pela casa e pelas crianças, está difusa, e que existem hoje várias maneiras de se reconhecer o que é estabelecido por família, mesmo esta família não sendo mais aquela composta apenas por pessoas de laços consanguíneos, ela está sendo responsabilizada e sobrecarregada com os cuidados das pessoas que compõe essa família.

Nos estudos de Wiese; Santos (sem ano) apontam:

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é “chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarrega que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica” (GOMES E PEREIRA, 2006, p: 361). (WIESE; SANTOS, sem ano p.06)

Como estipula a NOB/SUAS a família deve ter condições de sustendo e educação de suas crianças, adolescentes, idosos e deficientes. Isto remete a responsabilização das famílias, pelo seu provimento, seja ele educacional, de saúde, ou econômico, a família tem que dar condições a esses indivíduos de sustento e sobrevivência. Não só a NOB como em todos estatutos, da criança, do idoso, do deficiente, vem estabelecendo esta premissa “dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Estado, assegurar atendimento e a garantia de direitos dos mesmos”. Wiese e Santos (sem ano) colocam:

A família é apenas uma das instâncias de resolução dos problemas individuais e sociais. Os serviços públicos devem ser flexíveis para responder de forma diferenciada às diversas formas de apresentação dos problemas locais. Apenas aqueles a quem interessa esconder os conflitos de classe social, de raça e sexo, negar a relação fundamental dos problemas pessoais com a forma de organização do Estado e da economia, bem como diminuir a importância das lutas dos movimentos sociais e dos partidos políticos, é que busca colocar a família como centro absoluto da abordagem dos problemas sociais. (VASCONCELOS, 1999 p.13 *apud* WIESE; SANTOS (sem ano), p.06 e 07).

Assim, para que estas famílias tenham a proteção social como referência, quando delas necessitar, a PNAS estabelece dois níveis de proteção, a proteção básica e a proteção especial. A proteção básica se materializa com o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – e seu caráter é preventivo, com

famílias em vulnerabilidade social, no seu fortalecimento de vínculos familiares, desenvolvimento de potencialidades, e superação da situação de pobreza. De acordo com a PNAS a proteção básica:

Tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão ainda se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários. (BRASIL/PNAS, 2004 p.19).

Essa proteção se dá primeiramente em unidades que são referências da assistência social, o CRAS, segundo SUAS (2004) este é responsável por atender a demanda de uma certa área de abrangência, esta unidade será preferencialmente instalada na área com maior índice de vulnerabilidade social, pois o planejamento para esta proteção se dá a partir do conhecimento do território, e do conhecimento dos sujeitos e famílias que se encontram em situação de risco social. O CRAS trabalha o fortalecimento e a convivência de vínculos familiares e comunitários, como na ampliação de acesso dos usuários a direitos de cidadania. O CRAS pode abranger até 1.000 famílias por ano, num local de abrangência de 5.000 famílias. As atuações do CRAS segundo o sítio do Ministério do Desenvolvimento Social são:

Presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária;
Articula e fortalece a rede de Proteção Social Básica local;
Previne as situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promover os meios

necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. (Sítio MDS).

O CRAS é um equipamento de acesso da sociedade a serviços socioassistenciais, este é chamado de porta de entrada, e articula com outras políticas públicas, como a saúde, educação, habitação, previdência, no sentido de garantia dos cidadãos à acesso de bens, serviços, programas e projetos que visem os direitos. O CRAS desta forma se materializa quanto a diretriz da política de assistência no que se refere a descentralização.

Além desta proteção, a básica, há outro tipo de proteção, a especial de média e alta complexidade que atuam na referência e contra-referência com o CRAS, para que a proteção destas famílias sejam além de articuladas com outras políticas, conversem entre si, no que se convencionou chamar de “rede” socioassistencial, que compreende outras formas de proteção, quando esta já não mais se configura como forma de intervenção protetiva. A proteção social especial se configura no CREAS, que vem a ser um atendimento especializado, chamado de serviço de média complexidade, destinado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco, violência física ou psicológica, situação de rua, trabalho infantil, entre outras. E ainda dentro desta proteção especial, há a alta complexidade, quando estes indivíduos já estão fora de seu convívio familiar, em serviços de acolhimento, famílias acolhedoras, abrigamento, etc. Pois dependendo da situação individual ou familiar são necessárias estruturas especiais para atender esses sujeitos. Dentro da proteção básica temos o PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias- que tem seus objetivos segundo sítio do Ministério do Desenvolvimento Social:

fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (sítio do MDS).

Para atender e acompanhar estas famílias o CRAS possui este serviço, que tem como objetivo a prevenção, proteção das famílias do território de abrangência, acompanhando as mesmas na perspectiva que superem sua situação de

vulnerabilidade social. O PAIF é considerado o “carro chefe” do CRAS, sendo que é este serviço que acompanhará as famílias de perto, fortalecendo os vínculos com as mesmas, trabalhando a prevenção das formas existentes de violência, superação da pobreza, subalternidade, autonomia e emancipação dos sujeitos, e das famílias.

É também no CRAS que se dá o encaminhamento e acompanhamento das famílias beneficiárias do BPC e do PBF, o encaminhamento para o CADÚnico para acesso de famílias que ainda não possuem os benefícios, e acompanhamento

aquelas já participantes dos programas, e este processo de acompanhamento também está vinculado a outro programa como Busca Ativa do governo federal, que são famílias que descumprem as condicionalidades para acesso aos benefícios.

Desta forma o CRAS possui uma estrutura física, dentro do território de abrangência de segmentos chamados vulneráveis, com objetivo de proteção social, para isto contam com profissionais que formam equipes técnicas, para responder a esta demanda, na garantia dos direitos desses usuários que acessarão a assistência social. Esta estrutura dentro da assistência social faz com que este espaço se configure num local privilegiado para que se desenvolvam outros programas que possam ser associados a área da assistência, como é o caso do PRONATEC, uma parceria do governo federal, com a educação, e a assistência.

Além dos fatores de estrutura física e de recursos humanos, a assistência social possui os meios de chegar até as famílias com maior vulnerabilidade social, como preconiza o SUAS, através do CRAS, e assim realizar o trabalho com essas famílias. O PRONATEC dentro da assistência utiliza de toda esta estrutura, para também desenvolver seu objetivo de qualificar os usuários desta assistência, encontrando respaldo do governo federal no seu financiamento, estrutura física, e equipe técnica para efetivar este processo dentro do município, com participação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Desta forma os cursos de qualificação profissional chegam de forma facilitada a esses usuários de baixa renda, beneficiários da assistência, ou para aqueles que não se encaixam no corte de renda, mas deveriam ser protegidos por esta assistência, como forma de inserção no mercado de trabalho e como forma de não vir a ter que acessar essa assistência, com incentivo de que se profissionalizando nestes cursos, se qualificando, terão a garantia de melhores salários, e consequentemente na qualidade de vida.

A trajetória da constituição e reconhecimento da assistência social como política pública até a forma com que é estruturada hoje com sistema de proteção social nos mostra que essa política pública possui uma particularidade dentro do âmbito da proteção social brasileira. O que trabalharemos na próxima seção é que essa estrutura de gestão e operacionalização conquistado e negociada há algumas décadas vem sendo utilizada pelo governo federal para operacionalizar seu programa de governo, ou seja, o PRONATEC. E mais ainda, que insere e reforça dentro da política de assistência uma lógica de proteção social baseada na qualificação profissional, tentando imprimir a essa lógica um caminho para superação da extrema pobreza.

2 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Desvendando o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

O PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego- foi criado pelo governo Federal- no governo Dilma Rousseff- por meio da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo geral de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011) e com a finalidade de “superar a condição da extrema pobreza que ainda atinge parcela da população brasileira, criando oportunidades para elevar a renda e o acesso a serviços dos segmentos mais vulneráveis”. (CARTILHA/PRONATEC,

2013). O PRONATEC está na área da educação e também vinculado ao programa de governo BSM- Brasil Sem Miséria do ano de 2011. Seus objetivos específicos segundo o sítio do PRONATEC vinculado ao MEC são:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
Melhorar a qualidade do ensino médio. (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011).

Temos ainda no sítio do Sistema Integrado de Gestão da Educação, mais alguns objetivos do PRONATEC que complementam os já citados, são eles:

Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica;
Contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional;
Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. (BRASIL/PRONATEC, 2011).

Vemos que o PRONATEC como um programa do governo Federal é construído na lógica de capacitar, e qualificar os indivíduos para o mercado de trabalho, para aqueles que já estão inseridos neste mercado, mas querem se qualificar, e para os que não estão inseridos por não terem nenhuma qualificação, na busca desta para se inserirem posteriormente. O público prioritário deste programa são os beneficiários dos programas de transferência de renda do Plano Brasil Sem Miséria (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada), e após estes o público alvo segundo o sítio do Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC são:

Desempregados;
Povos indígenas;
Estudantes matriculados no Ensino Médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos;
Pessoas que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no CadÚnico;
Trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
Comunidades quilombolas;
Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
Pessoas com deficiências;
Praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do Serviço Militar ou Atiradores de Tiro de Guerra. (BRASIL/IFSC/PRONATEC, 2012).

Ainda sobre o público alvo a cartilha do PRONATEC/MDS, 2013 traz que:

O público beneficiário do Pronatec/BSM é composto por todas as pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos. Entre esses, têm prioridade os cadastrados em situação de pobreza (com renda familiar per capita de até R\$70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Assim, o Pronatec/BSM dedica atenção especial aos grupos mais expostos aos riscos da extrema pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2013 p.06).

Articulado ao PRONATEC/BSM está o MEC- Ministério da Educação, que coordena este programa, junto com o MDS que coordena o BSM, uma parceria de inclusão produtiva sob a lei nº12.513/2011, que prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, dentre um dos programas de superação da extrema pobreza. É de extrema importância que os municípios que se interessam em fornecer os cursos do PRONATEC façam sua adesão ao PRONATEC/ BSM, tendo como interlocutor o Governo Estadual, preferencialmente pela Secretaria Estadual de Assistência Social, junto ao MDS, para que haja articulação aos municípios e estes ao PRONATEC/BSM. Para que se realize este programa, estes agentes envolvidos no âmbito público, tanto governos estaduais, quanto municipais precisam atuar em parceria, o governo estadual deverá estar cadastrado junto ao MDS e eleger um interlocutor para o mesmo, preferencialmente junto a Secretaria Estadual de Assistência Social.

E após este processo a adesão das prefeituras como coloca a cartilha PRONATEC/MDS (2013):

As Prefeituras têm papel central na gestão local do Pronatec/BSM, negociando vagas e cursos, divulgando o programa, mobilizando o público, realizando a pré-matrícula dos interessados e acompanhando os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação profissional. A adesão ao Pronatec/BSM é feita exclusivamente por meio do preenchimento do formulário eletrônico (...). (BRASIL/PRONATEC, 2013 p.08).

O secretário da Assistência Social do Município é responsável por este processo, após esta inscrição e a indicação de um interlocutor¹⁰ do município, este

¹⁰ O interlocutor vem a ser uma pessoa, preferencialmente da secretaria de assistência social, designada para realizar a mediação dos cursos do pronatec. Este interlocutor designa assessores que o auxiliam neste processo. Informação obtida através do telefone do sítio do MDS, 0800 7072003. Acessado em 09/07/2014.

será o responsável pelas articulações, e ainda por designar os locais para a pré-inscrição dos cursos ofertados, como escolas públicas municipais, CRAS, CREAS, entre outras. Segundo o sítio <http://aplicacoes.mds.gov.br>, do MDS/SAGI – Secretaria da Avaliação e Gestão da Informação, por:

- I – pactuar em conjunto com o MDS as metas de execução de vagas no âmbito do Pronatec - Bolsa-Formação Trabalhador, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria;
- II – divulgar a oferta de cursos nas comunidades identificadas como prioritárias;
- III – mobilizar, identificar e selecionar o público alvo, com base no CadÚnico, visando a pré-matrícula nos cursos ofertados;
- IV- realizar a pré-matrícula dos candidatos, utilizando, quando disponibilizado, o SISTEC/MEC;
- V - articular a oferta de capacitação profissional a outros serviços e políticas públicas integrantes do Plano Brasil Sem Miséria;
- VI - promover a orientação profissional para os interessados em participar de cursos disponíveis no âmbito do Pronatec - Bolsa-Formação Trabalhador, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, em articulação com os parceiros;
- VII – viabilizar, em conjunto o governo estadual, a pactuação com empregadores locais para a intermediação da mão-de-obra dos alunos qualificados em cursos do Pronatec - Bolsa-Formação Trabalhador;
- VIII – realizar o levantamento junto aos empregadores locais acerca das demandas setoriais por mão-de-obra, para subsidiar a pactuação das vagas; e
- IX - designar servidor para interlocução e articulação do Pronatec - Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. (Sítio MDS).

Os municípios ainda poderão aderir ao ACESSUAS - o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – segundo os critérios estabelecidos pela Resolução Nº 18, de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que prevê:

O cofinanciamento para a execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio de acesso a ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária, microempreendedorismo individual e microcrédito produtivo orientado, dentre outros possíveis. (BRASIL/PRONATEC, 2013).

A inclusão produtiva está atrelada a Política de Assistência Social através do ACESSUAS “e representa uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da assistência social no mundo do trabalho”. (Cartilha ACESSUAS Trabalho). Coloca ainda:

A Assistência Social reconhece sua responsabilidade na mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para acesso aos cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva, visando a inserção dessa parcela da população ao mundo do trabalho. (BRASIL/ACESSUAS, 2012 p. 13).

A cartilha do ACESSUAS traz na sua apresentação:

Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS trabalho tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Com vigência entre 2012 e 2014, a iniciativa se consolida em um conjunto de ações de articulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda e de mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para acesso a oportunidades a políticas afetas ao trabalho e emprego (BRASIL/ACESSUAS, 2012 p.07).

Desta forma o ACESSUAS e o PRONATEC estão atrelados, estes programas estão na área da educação como na área da assistência social, estes estão interligados por parcerias do MEC e do MDS. As prefeituras municipais se responsabilizam pela adesão ao programa, e depois é repassado ao CRAS para pré-matrícula dos interessados. Seu público alvo são beneficiários da assistência – BPC e PBF - que tenham entre 16 a 59 anos, e estes têm direito a auxílio alimentação e vale transporte para realização dos cursos.

Além de todos esses itens já citados, para que o PRONATEC aconteça, são necessárias instituições e empresas ofertantes, estas podem ser tanto pública, como privada, como entidades públicas estão inseridas as escolas públicas de ensino técnico, Institutos Federais de Educação, entre outros. E como empresas privadas temos o que se convencionou chamar o sistema S, fazem parte deste sistema as empresas, SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, SESI, SESC, etc. “Os cursos a serem ofertados em cada município serão definidos conjuntamente entre a Prefeitura e as Instituições Ofertantes, com o apoio do Governo do Estado e levando em consideração as demandas do mercado de trabalho local”. Havendo negociação quanto “ao público alvo e a vocação econômica local” e uma “atenção especial deve ser atribuída ao horário e local de realização dos cursos, que devem ser acessíveis e adequados às necessidades dos beneficiários”. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p. 13; 14). Ainda sobre a cartilha ACESSUAS, esta nos apresenta que:

O ACESSUAS – TRABALHO, Programa sob responsabilidade da Política de Assistência Social, integra esse eixo, especificamente na sua vertente urbana, e representa uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da Assistência Social no mundo do trabalho. (BRASIL/ACESSUAS, 2012 p.11).

De acordo com Ciegliniski (2011), esta apresenta que:

O Sistema S deve ser o principal destino dos alunos da rede pública. Além do acordo já existente com o governo para aumentar o número de vagas gratuitas ofertadas por essas escolas, há previsão de que elas sejam

ampliadas, inclusive com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CIEGLINSKI, 2011).

A cartilha do PRONATEC/BSM nos apresenta que além da pré-matrícula¹¹ efetuadas nos espaços cadastrados pelo interlocutor, que podem ser escolas, CRAS, CREAS, entre outros. E também:

É desejável que o beneficiário também seja inscrito no sistema “Mais Emprego/MTE”, utilizado pelas unidades de atendimento do SINE para gerir a intermediação de mão de obra e a colocação do trabalhador no mercado de trabalho. Por isso, deve haver uma articulação entre a rede municipal de Assistência Social e os coordenadores estaduais e/ou municipais dos SINES, responsáveis pela inscrição no Mais Emprego. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p. 20).

Existem também para que possa ser ofertado imediatamente um curso, em locais que já possuem turmas, para cursos específicos, unidades móveis, são caminhões que possuem toda a estrutura para que o curso seja realizado neste, dependendo apenas que a prefeitura encontre um local para que estas possam ser instalados. “O pagamento aos ofertantes dos cursos negociados é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que passará os valores diretamente as Instituições Ofertantes, sem a necessidade de contrapartida municipal (...)”. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p. 14).

O bolsa-formação faz parte do PRONATEC e oferece cursos de pequena duração, segundo o sítio do PRONATEC, este explica o que vem a ser o bolsa-formação e qual seu público-alvo:

A Bolsa-Formação oferecerá vagas gratuitas de Educação Profissional e Tecnológica. Terá duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferecerá cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais) para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal; e a Bolsa-Formação Estudante, que oferecerá cursos técnicos (de maior duração, pelo menos 800 horas-aula) para estudantes das redes públicas. (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013).

Segundo o sítio do jornal R7 notícias, divulga que “Dilma: governo colocou R\$ 14 bilhões para Pronatec gratuito. (...) Ela repetiu que a continuidade do Pronatec será de 12 milhões de novas matrículas além das 8 milhões feitas até agora no programa (...)”. Ainda sobre o programa, a presidente coloca o dado que 60% das

¹¹ A pré-matrícula do candidato no SISTEC não garante a matrícula no curso, uma vez que esta depende da efetiva formação de turma, a ser confirmada pela Unidade Ofertante. Por isso, o candidato deve ser orientado para que, após a pré-matrícula, confirme imediatamente sua matrícula na unidade ofertante em que seu curso será realizado. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p.19).

inscrições do PRONATEC são de mulheres. O sítio R7 notícia ainda apresenta a seguinte matéria:

A presidente da República Dilma Rousseff lembrou, nesta quarta-feira (2), que o governo federal colocou R\$ 14 bilhões para garantir que os cursos do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico) fossem gratuitos.

— Nunca antes fizeram um programa que garantisse o curso técnico gratuito, o material pedagógico, transporte e merenda gratuitos, disse ela, durante cerimônia de formatura de alunos, em Vitória (ES). (...) A presidente explicou que até 2005 era proibido o governo federal fazer escola técnica, "se meter em ensino profissional", por conta de uma lei. "Eu era ministra da Casa Civil e enviamos uma lei ao Congresso que acabava com essa proibição", explicou.

Já o sítio do jornal Últimas Notícias, posta a notícia de que a “Versão 2.0 do Pronatec vai ofertar 12 milhões de vagas no ensino técnico”, e:

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta quarta-feira (18) a segunda etapa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que vai ofertar 12 milhões de vagas em 220 cursos técnicos de nível médio e em 646 cursos de qualificação, a partir de 2015. A meta da primeira etapa do programa, criado em 2011, é oferecer 8 milhões de matrículas até 2014. “Falamos em 12 milhões com a certeza de que esse número é viável porque ao longo deste período construímos nossa curva de aprendizado. Hoje sabemos como se faz e podemos melhorar muito o Pronatec”, disse a presidente ao discursar na cerimônia de lançamento da segunda etapa do programa, chamada de Pronatec 2.0. Ela ainda destacou que a meta da primeira fase está próxima de ser alcançada, já que o Pronatec contabiliza atualmente 7,4 milhões de matrículas. Dilma ressaltou a importância da educação para a redução da pobreza e para a economia brasileira. “Cada vez mais, a educação terá um duplo papel que é garantir a perenidade da redução da pobreza e desconcentração da renda que tivemos nos últimos 12 anos. O segundo papel é relativo à entrada do Brasil na sociedade do conhecimento. No curto prazo, isso passa pelo aumento da produtividade da nossa economia.” (Fonte: Agência Brasil, 2014).

Na mesma notícia o Ministro da Educação Eduardo Paim, fala que:

O Pronatec 2.0, irá ampliar a oferta de cursos voltados à formação empreendedora e à gestão para pequenos empresários. Paim disse ainda que a segunda etapa dará continuidade à expansão das matrículas e irá organizar nacionalmente a trajetória de formação profissional. “Sabemos que a educação profissional no Brasil sempre foi relegada a segundo plano, fizemos um esforço expressivo e avançamos muito”, acrescentou o ministro. (Fonte: Agência Brasil, 2014).

No sítio da Revista Educação, este divulga o Pronatec com a seguinte matéria assinada por Cieglinski (2011):

Governo federal lança o Pronatec como uma das respostas à crise do ensino secundário; educadores discutem se programa é capaz de melhorar a qualidade de ensino (...). A educação profissional é a grande aposta do governo de Dilma Rousseff não apenas para qualificar a mão de obra do

país, mas para melhorar a qualidade do ensino médio. Promessa de campanha da presidente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) começou a sair do papel há pouco mais um mês, com o envio do projeto de lei ao Congresso Nacional. Pensado inicialmente como um dos caminhos para melhorar o nível médio de ensino, através da formação do aluno para o mundo do trabalho, a iniciativa tem como objetivo financiar cursos profissionalizantes no nível médio para pessoas de baixa renda. Também poderão participar trabalhadores interessados em qualificação profissional. (...) No setor produtivo a proposta foi bem recebida, já que a falta de mão de obra qualificada é um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico do país. (CIEGLINSKI, 2011).

O Pronatec divulgados nos sítios de jornalismo, como no sítio do próprio Pronatec/MEC/BSM, são a maioria de cursos técnicos, que necessitam que os interessados tenham concluído o ensino médio, e em alguns Estados necessitam que realizem a prova do ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio. Ainda sobre a reportagem da revista Educação, esta coloca que:

O ensino médio amarga os piores índices de rendimento entre todas as etapas da Educação Básica. Atualmente, cerca de 8,3 milhões de alunos estão matriculados no segundo grau, cuja taxa de reprovação é de cerca de 12%, e a de abandono, cerca de 11%. As matrículas na educação profissional correspondem a 10% do total de estudantes do ensino médio, percentual considerado baixo em relação a outros países. Na exposição de motivos que acompanha o projeto de lei que criará o Pronatec, o Ministério da Educação (MEC) já sinaliza que a intenção do programa não é tornar o ensino médio integrado a uma realidade para todos os estudantes. (...) O texto cita que o próximo Plano Nacional de Educação (PNE) trabalha como meta dobrar o número de matrículas até o fim da década. Isso significa chegar em 2020 com 20% dos estudantes do nível médio recebendo formação técnica integrada. (CIEGLINSKI, 2011).

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2011, Francisco Cordão avalia:

Que as novas diretrizes curriculares para o ensino médio aprovadas recentemente pelo colegiado apontam o trabalho como um dos eixos norteadores para a etapa, ao lado da cultura, ciência e tecnologia. O programa preencheria, portanto, uma das necessidades apontadas pelo conselho. "O Pronatec está muito bem articulado nesse sentido: é a elevação dos níveis de escolaridade combinada com a profissionalização. Ele cria alternativas de ingresso e promoção no mundo do trabalho", avalia Cordão. (CIEGLINSKI, 2011).

Segundo Denis Mizne, diretor-executivo da Fundação Lemann¹² em 2011 coloca que:

¹² A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Contribuir para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos brasileiros e formar uma rede de líderes transformadores são os grandes objetivos da instituição. Para cumprir essa missão, a Fundação aposta em uma estratégia que envolve quatro áreas complementares de

Achava-se que era ruim associar o ensino à prática, mas temos experiências que mostram que é possível manter o currículo do ensino médio, reduzir a evasão e aumentar a empregabilidade", defende. Mizne também acredita que o ensino técnico se colocará cada vez mais como uma opção de carreira para os jovens, no lugar do ensino superior. O importante, segundo ele, é oferecer soluções que atendam aos diferentes perfis dos estudantes e não o ensino médio como um "pacote único". "É a primeira vez que o Brasil vive uma fase de explosão de emprego e emprego especializado. Antes, o jovem não queria um curso técnico porque a formação generalista da universidade era melhor para que ele lidasse com diferentes funções", compara. (CIEGLINSKI, 2011).

A maioria da divulgação dos cursos ofertados no sítio do PRONATEC é de cursos técnicos, mas o que percebemos nos locais de pré-matrícula como no CRAS são que os cursos oferecidos são característicos do bolsa-formação, cursos chamados de qualificação profissional, com menor carga horária como de manicure/pedicure, instalador elétrico predial, pedreiro, cuidador de idosos, panificação, auxiliar de cabeleireiro, entre outros. Em cada um destes cursos é exigido um grau de escolaridade, muitos para que o público de baixa escolaridade tenha acesso. A cartilha PRONATEC (2013) apresenta sobre a escolaridade:

Os cursos a serem ofertados no âmbito do Pronatec/BSM, especificados no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade. Importante: a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade. Convém esclarecer que beneficiários do PBF ou inscritos no CADUNICO, que tenham concluído ou estejam cursando o ensino médio também podem participar dos cursos FIC. Dessa forma, o Pronatec/BSM estimula o retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva, ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho. (BRASIL/PRONATEC, 2013 p.07).

A presente cartilha nos informa que os cursos são adequados a pessoas que tenham baixo grau de escolaridade, sem que estas pessoas tenham que comprovar um grau de escolaridade, e ainda acredita que os cursos são um incentivo para que estes voltem a estudar, elevando seu grau de qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho.

Segundo a cartilha do BSM, quando este fala sobre o PRONATEC e suas vagas, coloca:

São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há

vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso. (BRASIL/BSM, 2013 p.42).

Desta forma, o PRONATEC está vinculado ao programa Brasil Sem Miséria na superação da pobreza e da extrema pobreza, articulado a muitos outros planos, programas e projetos do governo federal em parceria com outras instâncias governamentais, como estadual e municipal, planejando-as de forma que estes se interliguem para que a sociedade tenha um amplo acesso a inclusão produtiva.

2.2 Programa que engloba outro Programa: Brasil Sem Miséria e Programa Bolsa Família

O programa Brasil Sem Miséria, do governo Dilma, coordenado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social - vem dar continuidade aos programas sociais do governo Lula como O Programa Bolsa Família que foi criado através da Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tendo por finalidade a unificação dos programas e ações de transferência de renda do governo anterior FHC, como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, etc.

O Cadastro único ou Cadúnico como é chamado, é a principal porta de entrada ao Plano Brasil sem miséria, ao bolsa família, o Brasil carinhoso, como ao PRONATEC. O Cadúnico é um cadastro para que haja a concessão de benefícios sociais, este é utilizado pelo governo federal, e neste cadastro são preenchidos os dados de cada família para requerer um benefício social do governo. Alguns benefícios desse cadastro são: PBF, Pronatec/BSM, redução da taxa de energia elétrica, telefone popular, Minha Casa Minha Vida, PETI, isenção da taxa de inscrição em concurso público e vestibular, redução da taxa de contribuição para o INSS como “do lar”. Podem se cadastrar famílias que recebam até três salários mínimos, mas dependendo da renda essas famílias podem participar em alguns programas e outros não, pois cada programa tem seu critério de renda para acessá-lo. A cartilha BSM (2013) coloca a importância do CADúnico como:

O Cadastro Único para Programas Sociais é o sistema que registra as informações sobre cada família de baixa renda, identificando seus membros e suas condições econômicas e sociais: o endereço, as condições da moradia, a situação escolar e de trabalho de cada pessoa da família, entre outras informações. O Cadastro serve para o governo (Federal, estadual, distrital ou municipal) conhecer melhor as famílias brasileiras mais pobres e organizar a oferta de serviços públicos para essa população. Todos os

municípios brasileiros, sem exceção, operam o Cadastro Único. (BRASIL/BSM, 2013 p.18).

Estes programas e projetos desenvolvidos dentro do plano BSM podem ser acessados pela população através dos CRAS, que estão localizados dentro dos municípios, como modo de proteção social dos indivíduos e das famílias, para acesso de maneira fácil e objetiva, estando os CRAS dentro das comunidades com maior grau de vulnerabilidade social.

A cartilha Brasil Sem Miséria (2013) apresenta O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em junho de 2011, pela então presidente Dilma Rousseff, onde apresenta que a finalidade do programa é superar a condição de extrema pobreza que ainda atinge uma grande parcela da população brasileira, assim, criando oportunidades para elevar a renda dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

O Plano Brasil sem miséria, do Governo Federal tem o intuito de erradicar a pobreza extrema, referente às famílias que ganham até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) *per capita* para famílias sem crianças e R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) para famílias com crianças, pois dentro do plano BSM existe o programa Brasil Carinhoso que integra o Programa Bolsa Família, para famílias que tenham crianças até seis anos de idade. Este é um compromisso do governo federal, que articulado aos três níveis de governo, pretende melhorar a vida dos brasileiros no que se refere a renda, referente a articulação com os municípios o MDS (2013) expõe que são “as prefeituras que chegam até as famílias extremamente pobres por meio da Busca Ativa e que se relacionam face a face com essa população nos atendimentos realizados em suas redes de assistência social, saúde e educação”.

O cadastro através do CADÚnico dos usuários, deve estar sempre corretos e atualizado, para que sejam repassados corretamente para os municípios o financiamento para os programas, e até mesmo aumentando seus recursos, pois de acordo com o MDS (2013) só assim, “poderemos garantir que a população mais pobre tenha acesso a mais e melhores serviços, chegando mais rápido a um Brasil Sem Miséria”. Um exemplo para que haja uma transferência de maior recurso, possuindo corretamente os dados atualizados do CADÚnico está no programa de ação de creches do Brasil Carinhoso, onde a cada vaga de creche ocupada por uma criança do bolsa família, o governo federal repassa mais 50% do valor já repassado ao município, mostrando assim, a importância de manter os dados corretos, dentro

deste cadastro, e o planejamento do município em relação as creches e ao número de vagas oferecidos nos anos posteriores.

É necessário garantir que o profissional qualificado para atuar na articulação das três esferas do governo, e nas áreas da assistência, saúde, educação, seja o gestor municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único. Este ainda designará gestores que atuarão no acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família na área da educação e da saúde. Os gestores cuidam das irregularidades cadastrais, atualização para que os benefícios não venham a ser bloqueados, cancelados ou até mesmo que estes percam o benefício.

Para viabilizar essas ações, o Plano BSM está organizado em três eixos estruturantes que compreendem acesso a serviços (educação, saúde, assistência). Estes eixos compreendem cada um as seguintes ações:

No eixo de garantia de renda, relativo às transferências monetárias feitas para as famílias no intuito de dar alívio imediato à situação de extrema pobreza, destacamos o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Ação Brasil Carinhoso.

O eixo de acesso a serviços públicos trata do provimento, ampliação e qualificação dos serviços e ações de cidadania e de bem-estar social com foco no público em extrema pobreza. Neste eixo, a cartilha traz informações sobre saúde (especialmente Unidades Básicas de Saúde), educação (principalmente creches e ensino fundamental em tempo integral) e assistência social (Centros de Referência de Assistência Social - Cras e outros centros).

O eixo de inclusão produtiva é voltado para a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda. Na parte urbana, destacamos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria), destinado à qualificação profissional do público-alvo do Plano e ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), criado para apoiar os municípios em suas estratégias de inclusão produtiva. (BRASIL/BSM, 2013 p.15).

O programa BSM (2013) ainda apresenta a inclusão produtiva na área urbana e rural, sendo a área rural incentivada com os planos de Fomento a Atividades Produtivas Rurais e o Programa Água para Todos, para que se possa realizar a produção de alimentos na área rural e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para que o produtor comercialize seus produtos e como serviços a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O programa na área rural de produção faz o repasse de financiamento de até R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para famílias com *per capita* até R\$140,00 (cento e quarenta reais), para investirem na produção rural, como forma de sustento, este valor pode ser parcelado pelo governo em até três vezes, sendo

este fornecido através do cartão cidadão ou cartão bolsa família. As famílias não necessitam pagar de volta este valor, não sendo um empréstimo por parte do governo. Ainda possui o Programa Bolsa Verde para aprendizado da conservação do meio ambiente, para famílias que vivem em florestas extrativistas, projetos de assentamento diferenciados, entre outros, o pagamento é trimestral de uma bolsa de R\$300,00 (trezentos reais). O programa Água para Todos constitui na construção de poços artesianos, ou outras formas de garantia de água para estas famílias, para que as estas possam dar continuidade a produção rural.

Dentro do programa BSM existe a busca ativa, que vem a ser o cadastro das famílias em situação de extrema pobreza, mas estas são “procuradas” por parte do governo, onde muitas vezes essas famílias moram, em locais muitas vezes de difícil acesso para a chegada de programas e serviços. Assim, segundo o BSM (2013) “A ideia da Busca Ativa é que o Governo não deve esperar que essas famílias, que passam por uma série de privações, tenham de arrumar um modo de chegar até ele. É o poder público que precisa ir aonde a extrema pobreza está”. A busca ativa também está vinculada ao programa bolsa família e o BPC quando se trata do descumprimento das condicionalidades.

O programa bolsa família foi criado pelo Governo Federal através da Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004. É um programa de transferência de renda criado para melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. Este programa unificou os antigos programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás), para evitar que algumas famílias recebessem mais recursos que outras. Este programa também busca a integração com outras políticas públicas, como a educação, saúde e programas de geração de renda. Estas também se apresentam como condicionalidade para que as famílias recebam o bolsa família. Algumas dessas condicionalidades são de estarem matriculadas na escola, de terem acesso a saúde, crianças devem estar com as vacinas em dia e com acompanhamento nutricional, gestantes realizarem o pré-natal, jovens até 17 anos também devem frequentar a escola com regularidade. O descumprimento das condicionalidades pode acarretar o bloqueio, suspensão ou até mesmo cancelamento do benefício.

Segundo o sítio do Ministério do Desenvolvimento Social os objetivos das condicionalidades são:

Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa;
Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis;
Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (Sítio MDS).

Tem acesso a este direito, famílias com renda de até R\$77,00 (setenta e sete reais) até R\$154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) *per capita*, com objetivo de superar a extrema pobreza, sendo este o público alvo do programa.

Os eixos que estruturam o programa de acordo com a cartilha BSM/ bolsa família são:

Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza;
Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza;
Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza. (BRASIL/MDS, 2013).

Os benefícios do bolsa família, segundo o MDS/BOLSA FAMÍLIA (2013) são definidos em básico e variável, o básico é constituído para famílias em extrema pobreza mesmo que estas famílias não possuam crianças, adolescentes ou jovens em sua composição, e o benefício variável é constituído para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuam crianças, adolescentes até 15 anos, gestantes, e nutrízes, podendo cada família receber até cinco benefícios variáveis. Para obter todas estas informações e calcular o valor que as famílias irão receber é necessário que estas estejam cadastradas no CADÚnico, como forma de inserção nestes programas e para recebimento dos mesmos. A família receberá um cartão magnético, de preferência em nome da mulher, vinculado a CEF- Caixa Econômica Federal, onde será depositado o valor mensalmente, que será constituído após análise do próprio sistema, dependendo das variáveis de cada família.

Assim, o bolsa família pretende através de todas ações integradas, combater a extrema pobreza que atinge uma grande parte da sociedade brasileira, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais, aliviando a pobreza imediata, elevando o acesso das famílias a bens e serviços, garantindo o direito destas a satisfação das necessidades básicas, contribuindo para a superação da pobreza.

2.3 Análise da utilização do PRONATEC na assistência social.

O PRONATEC está tanto na área da educação, como na área da assistência social, só que na área da assistência ele se configura como uma das estratégias utilizadas pelo governo como forma de se retirar da provisão da política social, inserir os usuários da assistência no mercado de trabalho, seja ele informal ou precário. Temos como exemplo do MDS a seguinte exposição sobre como a lógica do Estado estar pautada em transformar um usuário da assistência em um consumidor, com o discurso da qualificação profissional através do PRONATEC:

Só assim os nossos olhos, e o braço do Estado, vão alcançar aquela pobreza tão pobre que a miséria quase a faz invisível. Assim, todo o *país vai sair lucrando*, pois cada pessoa que sai da miséria é um novo produtor, *um novo consumidor* e, antes de tudo, um novo brasileiro disposto a construir um novo Brasil, mais justo e mais humano (BRASIL, 2012). (grifo nosso).

Vemos então, que para o Estado as pessoas precisam se tornar consumidores para que o país saia lucrando, e a maneira desses se tornarem consumidores é através do trabalho, mesmo que este seja subalterno e incapaz de superar a superexploração que os trabalhadores são submetidos num modo de produção desigual por natureza, que necessita dessa desigualdade para sobreviver e se reinventar. O PRONATEC nos mostra que a inclusão produtiva, e a geração de renda da sociedade em situação de extrema pobreza, são os objetivos deste.

Para o Estado não existe luta de classes, não é interessante que a sociedade entenda essa divisão social entre burgueses e proletários, por mais que isso esteja explícito na desigualdade social, na miséria, na pobreza, e na riqueza de uma parcela ínfima da sociedade. O Estado deveria ser o regulador entre as políticas sociais e as políticas econômicas, mas vemos a clara opção em relação ao investimento econômico em detrimento do social.

Os avanços que temos em termos de políticas públicas foram construídas pela sociedade através de lutas, movimentos, para que houvesse por parte da sociedade uma participação em busca de direitos coletivos. Esta luta acontece num espaço contraditório, onde o movimento de luta é discriminado e marginalizado por aqueles que querem se apropriar ainda mais do poder, e decidir em favor da abertura de mercado como regulador destas políticas sociais, e a retirada do Estado das mesmas, ficando este para investir na área econômica e incentivar este mercado.

Ao escrever sobre o PRONATEC Vilvert (2012) faz a seguinte consideração:

Este programa, de acordo com o governo federal, visa capacitar um milhão de pessoas até o ano de 2014. Todavia, através deste seu objetivo, nota-se uma relevante contradição, no sentido de, o governo querer capacitar tantas pessoas em um pequeno período de tempo, sem ao menos, possibilitar condições dignas de trabalho a boa parte da população, haja vista que ainda perduram situações em que se evidenciam as mais perversas formas de superexploração da força de trabalho, tais como: trabalho infantil, formas de trabalho análogo ao trabalho escravo, etc. (VILVERT, 2012. p. 73).

O que se apresenta como relevante do que a capacitação de um milhão de pessoas é a criação de novos postos de trabalho para inserir essas pessoas. Pois o que percebemos é a desconstrução de direitos previdenciários referentes ao trabalho formal e a criação de trabalhos informais e sem garantias, através da luta de alguns movimentos e sindicatos dos trabalhadores para que não sejam retirados postos de trabalhos já existentes. Direitos sendo retirados, sucateamento das políticas públicas, enfraquecimento dos sindicatos e desmonte da política social.

Ainda em Vilvert (2012) sobre número de pessoas capacitadas e postos de trabalho:

Contribui para o rebaixamento dos salários, pois, com tantas pessoas capacitadas para determinado trabalho que obviamente não possui vagas para todos, torna-se mais difícil o trabalhador requerer melhores condições de trabalho, pois existirá um enorme contingente de desempregados capacitados que estará disposto a submeter-se, haja vista a necessidade de sobrevivência. (VILVERT, 2012. p. 73).

A assistência social trabalha na dimensão das várias expressões da questão social existente hoje nesse contexto de sociedade capitalista, onde famílias, indivíduos, sujeitos, são “vítimas” das condições sociais impostas por um modo de produção injusto por natureza, sofrem com subempregos, pobreza, miséria, desemprego, violência, entre outros. A assistência social se apresenta na forma de garantia de direitos sociais aos indivíduos que dela necessitar, mas quem realmente vem a necessitar da assistência social? Quem são os usuários que acessam esses direitos? Que direitos tem estes ao acessar a assistência social?

Os usuários da assistência são aqueles que sofrem mais as consequências da questão social, usuários e famílias de baixa renda, não podemos negar essa condição, como se a assistência social não fosse acessada mais por esta classe. A diferença de classe é “gritante”, e está aí para quem quiser ver, então mesmo que a assistência atenda um público com questões que muitas vezes não dependa de renda, este é minoria.

Mas nem sempre quando estes usuários acessam a assistência social, estes vêm suas necessidades atendidas, pois muitas vezes estes sujeitos não se encaixam no corte renda, que são colocados pelos programas governamentais como meio para acessar esses bens e serviços, exigindo destes sujeitos uma comprovação de miserabilidade para que consigam acessar estes benefícios ou programas ditos como de direitos. Desta forma são encaminhados para que façam os cursos do PRONATEC, como maneira de vencer o desemprego, se qualificar, para que não necessitem mais acessar a assistência social, conseguindo um emprego e sustentando-se a ele e a sua família com este, será?

Percebemos que a direção da política de governo atual está fortemente vinculada a inserção produtiva da sociedade e dos beneficiários da assistência, como falácia de superar a pobreza. Bilhões serão investidos para que este objetivo do programa seja alcançado. Assim como o programa bolsa família foi o carro chefe do governo Lula, vemos que o PRONATEC se tornou o mesmo do governo Dilma Rousseff, na tentativa de provar que não sairá da pobreza, os sujeitos que não quiserem se qualificar para o mercado de trabalho, isto fica mais claro ainda quando o PRONATEC está dentro da assistência social como recurso a ser utilizado em massa para os beneficiários desta, quando não há outros programas, projetos, bens e serviços a oferecer como garantia de direito para estes sujeitos.

Há uma forte divulgação midiática para que todos cidadãos façam estes cursos, e façam os cursos técnicos, para conseguirem bons empregos, com melhores salários, entre outros. Estes também diminuem o acesso as faculdades públicas e de qualidade, como já houve por parte dos governos de financiar as faculdades privadas em detrimento do aumento do numero de vagas, qualidade, universalização, em faculdades públicas.

As pessoas então realizam os cursos acreditando numa melhoria do poder econômico, pois o Estado está dizendo que isto fará com que saiam da miséria, porque segundo Campos (2011):

O Estado representa a estrutura da realização do benefício, enquanto a grande e crescente massa aguarda e agradece a ajuda, busca se comportar, provar por todos os meios seu esforço, disponibilidade e competência para encontrar suas potencialidades e superar as fragilidades e dificuldades da vida, as situações de risco social que todos enfrentam cotidianamente. (CAMPOS, 2011 p.63).

Os usuários da assistência, como a maioria da sociedade que se encontra em más condições econômicas, buscam realizar estes cursos, como alternativa para

melhores salários, inserção no mercado de trabalho, se esforçam e tentam mostrar ao Estado que estão buscando melhorias no que diz respeito a qualificação profissional, querem provar que conseguem superar a situação econômica precária que se encontram, através dos cursos do PRONATEC, e posteriormente na inserção no mercado de trabalho, independentemente deste ser formal, informal, precário, explorado, etc. Para que assim possam deixar de “depender” da assistência como forma de sobrevivência, pois veem esta como um favor e não como um direito. No discurso de emancipação através do trabalho, mostra que o principal é tornar estes usuários consumidores, e a mídia apresentar uma estatística para o governo como programa positivo para os pobres saírem da miserabilidade em que viviam.

Na pesquisa de Campos (2011) esta expõe:

Percebe-se que ao continuar recebendo algum tipo de benefício, nem que este seja limitado, a população não se torna descartável pelo mercado de trabalho, este período se apresenta como “possibilidade” de almejar uma posição satisfatória de manutenção da sua família. Por mais que este recurso no contexto de inúmeras disposições contrárias (doença, grande número de filhos, dificuldades na moradia, violência doméstica, entre outros) não represente na conjuntura familiar um grande avanço. No mesmo estudo e, é interessante analisarmos, pela perspectiva da difícil inserção no mercado de trabalho, demonstrada intrinsecamente na pesquisa aparece o montante que a transferência de renda representa para os estados brasileiros, no rendimento familiar. Para muitas famílias a inserção no mercado de trabalho é dificultada e o único meio de garantir a sua reprodução é a partir dos programas e benefícios estendidos a elas, resultando num grande número de beneficiários ligados e sem perspectiva de “emancipação”, mesmo da forma alienada como é referenciada pelo programa. (CAMPOS, 2011 p.64;65;66).

Como público alvo o PRONATEC mostra claramente que estes são os usuários da assistência, assim ao invés do Estado ampliar benefícios, recursos para estes, bens e serviços de qualidade, coloca os cursos de qualificação como prioridade no seu governo, sendo os beneficiários o público que se esforçará para encontrar melhores trabalhos como promessa de melhoria na qualidade de vida, mesmo que inseridos em qualquer tipo de trabalho, pois qualquer trabalho será melhor do que ser beneficiário da assistência, como forma vexatória de comprovar essa necessidade diante da sociedade. E ainda Campos (2011) conclui:

Desse modo, fica evidente que há uma massa de trabalhadores, principalmente nos países periféricos, que vão se tornando, com o desenvolvimento do capitalismo como sistema global de acumulação inimpregáveis, e que o papel do Estado, de resguardar as condições gerais para a acumulação segue mais vigente do que nunca. Nesse sentido, os PTR atendem de modo ínfimo a satisfação de necessidades dos trabalhadores ao mesmo tempo em que garantem reprodução capitalista,

desenvolvendo para tal um conjunto de estratégias, dentre elas a inclusão produtiva como sinônimo de emancipação. (CAMPOS, 2011 p.64;65;66).

Mas uma pequena melhoria econômica, mesmo em trabalhos precarizados, não garante sanar outras expressões da questão social, pois uma melhoria ínfima não tem como dar conta de um contexto social macroeconômico apenas com a inserção no mercado de trabalho e um salário um pouco acima do benefício da assistência como do PBF. Há assim, uma massa da sociedade que não conseguirão se inserir no mercado de trabalho, mesmo que informal, e estes vão sendo mantidos em programas de transferência de renda que mal custeiam as necessidades básicas do ser humano e o Estado vai desenvolvendo estratégias para tornar estes usuários consumidores e desenvolver o capitalismo. Para isto, tentam de todas maneiras inserir estes no mercado de trabalho, como forma de se emanciparem como sujeitos de direitos, e na falácia que estão tendo oportunidades fornecidas por este mesmo Estado com acesso a qualificação gratuita, para que isto aconteça, e só “não trabalha quem não quer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos no seguinte estudo das leis estudadas na política de assistência social, assim como dos materiais governamentais que hoje norteiam a política social brasileira, que os governos têm cada vez mais se afastado do que foi promulgado na Constituição de 1988 em relação a proteção social, com programas fragmentados, focalizados, na questão da miséria e da pobreza extrema, em relação a acesso de bens e serviços universais.

As expressões da questão social que hoje estão postas na sociedade de maneira explícitas, e que foram criadas através do modo de produção capitalista, que temos na sociedade brasileira, que produz a apropriação da riqueza por uma parte da sociedade, e que traz a exploração da força de trabalho dos menos favorecidos economicamente em grande escala, nos coloca que muitas são as pessoas que se encontram na extrema pobreza, pobreza, ou até mesmo miséria, não desfrutando desta riqueza socialmente produzida. Estes, como percebemos não estão protegidos pela política de assistência no que se refere a distribuição de renda igualitária, para que possam superar essas desigualdades sociais, pois a distribuição de renda se torna prioritária aos segmentos sociais mais vulneráveis, exigindo destes um corte de renda, extremamente baixo para que possa receber esse benefício que é posto como “direito”.

Este modo de produção é cruel, pois culpabiliza os sujeitos pelas situações de pobreza, exaltando o modelo econômico como superação da mesma, e colocando no patamar de vagabundos e incapazes aqueles que não alcançam uma forma de contribuir com o consumo desenfreado para aumentar a economia. Não sendo um consumidor, essas pessoas são desvalorizadas ao extremo, pessoas estas que muitas vezes não conseguem sequer prover suas necessidades básicas e acessar direitos referentes a alimentação, vestimenta, moradia, educação, e saúde.

Desta forma vemos as tentativas de governo após governo, desmontar as políticas públicas, se retirar do protagonismo de provedor das mesmas, privatizando atendimento e serviços, abrindo espaço para que a sociedade civil, a família, as ONG'S, façam o seu papel na proteção social. Pois é dever

do Estado esta responsabilização com o setor público, investimento em ações de qualidade para que se efetive o que prevê nossa Constituinte.

Assim, percebemos que neste governo o mesmo acontece com o PRONATEC/BSM, pois os cursos oferecidos, ditos de qualificação, apenas qualificam para profissões subalternas que não possibilitam o acesso de seus usuários a autonomia em seu amplo sentido, mantendo sua condição de explorado, em trabalhos informais, subempregos, precarizados, na ilusão de uma melhoria de qualidade de vida, saindo da sua condição de pobreza.

O governo materializado na assistência social tem cada vez mais controlado a vida dos indivíduos, e estes necessitam se tornar consumidores. Desta forma a assistência social tem contribuído para concretizar essa lógica de controle social e de inserção no mercado de trabalho, como superação das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo. Um exemplo de controle social por parte do Estado está no cadastro único (e não apenas nele) onde são obtidas informações da vida dos usuários de maneira invasiva, para que possam ter acesso a benefícios, ou como forma de punir os usuários caso estes não atualizem seus cadastros, através da busca ativa com a suspensão, bloqueio ou corte destes mesmos benefícios, como a exemplo das condicionalidades do PBF, Cavalcanti (2010) coloca:

Sob o aspecto de impor condicionalidades para provimento do benefício, como o acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e o acesso à educação alimentar, Sob a ótica do direito, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, visto que a condição de pessoa deve ser o requisito básico para essa titularidade. Além disso, a obrigação de garantir escola, postos de saúde e demais condicionalidades, ora impostas cabe aos poderes e não as pessoas. Sendo essa uma questão a ser repensada no programa, não devendo o Estado punir em hipótese alguma os beneficiários pelo não cumprimento das condicionalidades impostas, e sim responsabilizar os municípios, estados e outros organismos pelo não cumprimento de sua obrigação. (CAVALCANTI, 2010 p.04).

E o projeto ético-político do serviço social se encontra baseado na garantia de direitos a classe trabalhadora, numa mudança societária mais igualitária na sua distribuição de renda, posicionando-se sim a favor de uma das classes existentes no capitalismo, a da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza. **Risco e Vulnerabilidade: Razões e Implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social.**

Vitória/ES, 2012. Orientador: Maria Lúcia Teixeira Garcia. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único da Assistência Social. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011

_____, **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____, **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social. Brasil Sem Miséria. **Plano Brasil Sem Miséria no seu Município.** Brasília, 2013.

_____, Brasil Sem Miséria. **Inclusão Produtiva: Pronatec.** Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva/pronatec>>. Acessado em 04/06/2014.

_____, Presidência da República. **Decreto 8.232**, 30 de abril de 2014. Acessado em < <http://www.planalto.gov.br>>

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: entre a originalidade e conservadorismo**. 2 ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

_____, Ivanete. **Seguridade social na América Latina**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana M. M.; MIOTO, Regina C.T. (Org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 174-195.

CAMPOS, Andréia Pinto. **A Inclusão Produtiva no Contexto do Programa Bolsa Família: Crítica à Emancipação como Sinônimo de Inserção Precarizada no Mercado de Trabalho**. UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora : Prof^a. Me. Mirella Farias Rocha.

CARRARO, Dilceane. **A política de assistência social no Brasil e no Chile [dissertação]: o binômio da focalização x universalização** / Dilceane Carraro; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. - Florianópolis, SC, 2010. 137p.

CAVALCANTI, Valéria Araújo. **Análise Crítica do Programa Bolsa Família: Vantagens e Desvantagens**. Programa de Administração Pública. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Universidade Aberta do Brasil (UAB). Especialização em Gestão de Negócios. Orientador: Prof.Tutor. Álvaro Fachine. Fortaleza, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** 2º Edição. Cortez Editora, 2006.

DAMASIO, Elisabete Baptista. **Assistência Social - Avanços e retrocessos: reflexões sobre os limites da Política Nacional de Assistência Social no enfrentamento da Questão Social no Brasil**. TCC de Elisabete Baptista Damasio Orientadora Prof^a Dr^a Cleusa Santos. UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Decreto Nº 13141 de 27/05/2014**. Acessado em < <http://www.legisweb.com.br>>

GIDDENS, Anthony; LASH, Scotto; BECK, Ulrich. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas – Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social**. Artigo Scielo, 2006. Faculdade de Serviço Social do Centro Universitário UniFMU An. 1 Congresso Internacional. Pedagogia Social Março, 2006.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital**. *Serv. Soc. Soc.*, Mar 2013, no.113, p.86-105.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VILVERT, Juliane da Costa Melo. **PRONATEC/BSM: Reflexão sobre a relação trabalho e Assistência Social**. UFSC, Florianópolis/ SC, 2012. TCC de Graduação em Serviço Social. Orientadora Prof^a.: Me. Kathiucha Bertollo.

YWATA, Suzana Yuriko; MORCELI, Marta Regina; SANTOS, Gisele Neto Souza. **Mínimos Sociais: Uma Questão Contemporânea em Debate**. FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”.

Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente. Monografia de Conclusão de Curso. Presidente Prudente/ SP. 2004.

WIESE, Michelly Laurita; SANTOS, Rosemeire. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde: A Relevância do Debate para o Serviço Social**. Sem ano. Universidade Pontifícia Católica de São Paulo – PUCSP. Pós-Graduação. Orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yasbek.

IBGE <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>

PRONATEC <<http://www.pronatec2013.com.br>> Acessado em 07/07/2014.

PRONATEC na EDUCAÇÃO <<http://www.educacao.es.gov.br/pronatec>> Acessado em 07/07/2014.

IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina
<<https://www.ifsc.edu.br/ensino/pronatec>> Acessado em 07/07/2014.

SIGE- Sistema de Gestão Escolar-
<<http://sigeduca.seduc.mt.gov.br/pronatec/viewconteudo.aspx?1>>
Acessado em 08/07/2014.

PRONATEC EMPREENDEDOR-
<<http://pronatecempreendedor.sebrae.com.br/sobre>> Acessado em 08/07/2014.

FUNDAÇÃO LEMMAN- < www.fundacaolemann.org.br> Acessado em 28/06/2014.

Ministério do Desenvolvimento Social <<http://www.mds.gov.br>>

<<http://pronatec.mec.gov.br>>

<http://revistaeducacao.uol.com.br>

<http://noticias.r7.com>

<http://www.ultimasnoticias.inf.br>